

O ESTAFETA

ÓRGÃO DA FUNDAÇÃO CHRISTIANO ROSA

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

PIQUETE, MAIO/2013 - ANO XVI - Nº 196

EDITORIAL

No último dia 13 de Maio, comemoramos a data em que ocorreu a abolição da escravidão. Mesmo passados 125 anos, o Brasil ainda está longe de ser uma nação livre de desigualdades raciais. Uma análise dos indicadores econômicos e sociais dos últimos vinte anos revela, porém, que o país tem avançado. Pesquisa do IBGE mostra que a população de brasileiros que se autodeclararam pretos ou pardos no Ensino Superior dobrou em dez anos, saltando de 19% para 38%. Como resultado, cresceu o percentual de negros em quase todas as carreiras universitárias. Ao mesmo tempo, a distância que separa branco de não-brancos no país, em termos de renda per capita, também diminuiu.

A queda da desigualdade racial no acesso à educação teria sido resultado de um processo vivido nas últimas duas décadas. No entanto, a desigualdade só será de fato combatida com a melhoria da educação básica na rede pública. Com esse investimento na base haveria menos violência, menos crise de mão-de-obra e menos desigualdade.

Constatamos, hoje, que há maior facilidade de acesso às universidades. A estabilidade econômica no país nos últimos vinte anos e a melhoria da qualidade de vida das pessoas e do sistema educacional concorreram para isso. A maior presença de negros no ensino superior e a diminuição da desigualdade racial, em termos de renda, se correlacionam, também, com a expansão da nova classe média, que se beneficiou da valorização do salário mínimo, do crescimento da economia e de programas sociais focados nos mais pobres. Como resultado, em 2001, de acordo com um estudo realizado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 31% da população preta e parda estavam na classe média. Dez anos depois, já são 50%. No entanto, mesmo dentro deste segmento ainda há desigualdades.



Imagem do Paço Imperial, no Rio de Janeiro, momentos antes da assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888. A Princesa Isabel era aguardada pela população para cumprir seu dever constitucional - o de aprovar sua assinatura no Decreto aprovado pelo Senado na manhã do mesmo dia.

A abolição da escravidura

A luta pela extinção da escravidão no Brasil constituiu-se numa das mais longas e difíceis já registradas pela História do país.

Iniciada nas primeiras décadas do século 19, estendeu-se até 1888, ocupando, portanto, o cenário político por quase um século, e envolveu, ao longo de seu desenvolvimento, os mais diversos segmentos da sociedade brasileira.

Por mais de três séculos, a escravidão seria a mola mestra da vida econômica. Preteridos os índios, o escravo negro esteve presente, com maior ou menor intensidade, em todos os setores de atividades. De norte a sul, nas lavouras, nos serviços domésticos, nas ruas. Em toda a parte, enfim, encontrava-se o cativo. Foi expressiva sua participação na população brasileira, equivalendo, por vezes, a mais de um terço do total de habitantes do país.

A posse de escravos era símbolo de status social, pois indicava riqueza, capacidade de produção, poderio do dono. Sua libertação representou a quebra da estrutura de produção que nos legara o regime colonial e exigiu ajustes que provocaram profundas modificações econômico-sociais. Não é de se estranhar, portanto, a longa luta para extinção do cativeiro. O vulto de interesses nele envolvidos explica a resistência de quase um século. O movimento abolicionista, que ganhou força a partir de 1870, foi marcado por avanços e recuos, com pequenas vitórias e grandes derrotas. Medidas libertadoras de alto alcance propostas no Parlamento resultaram em leis mode-

radas e dilatórias, que reprimiam o impulso revolucionário.

Estudos e pesquisas atuais apontam que a questão servil é vista, agora, como fenômeno vinculado às mudanças econômico-sociais que operaram no Brasil, a partir da segunda metade do século 19. Nessas mudanças estavam presentes a conexão entre o desenvolvimento do capitalismo industrial e a superação do cativeiro como sistema de trabalho. Por isso, é importante lembrar a evolução dos interesses capitalistas que, numa primeira etapa – a mercantil –, exigiram o aparecimento da escravidão nas áreas coloniais, e, a partir do momento em que a produção industrial passou a comandar as atividades econômicas, determinaram-lhe a extinção. Essas mudanças não poderiam ser feitas de forma abrupta; exigiam cautela, pois eram poderosos os interesses escravocratas.

As mudanças econômico-sociais que se processaram no país e a repulsa internacional a um regime social tão condenável moralmente provocaram o descrédito da escravidão, que foi perdendo terreno no conceito comum, e estimularam o aparecimento de um espírito antiescravista, gerando o movimento abolicionista. Ocorreram, então, a desagregação do sistema servil e fugas em massa, que desarticularam de vez o escravismo, extinto, finalmente, após quase um século de lutas.

O negro estava livre do cativeiro. Mas estaria livre também da condição de inferioridade que uma sociedade de brancos lhe impusera?

Imagem - Memória

Reprodução



A escravidão era a principal forma de trabalho no Brasil durante o século 19, tanto nas áreas agroexportadoras como naquelas dedicadas à cultura de subsistência. “Escravos em cafezal em 1882”. Foto de Marc Ferrez.

13 de Maio de 1888

No dia de Natal do ano de 1887, o lorenense Dr. Antônio Rodrigues de Azevedo Ferreira, proprietário da Fazenda Santa Eulália, no Piquete, reuniu todos os seus mais de 70 escravos e participou-lhes que, no Natal do ano seguinte, 1888, receberiam suas cartas de liberdade sem condição alguma e transformar-se-iam em meeiros ou diaristas, conforme melhor lhes aprouvesse. No entanto, tal atitude chegou tarde. “Ficaram vadios, exigentes, insubordinados e, afinal, em fins de março, retiraram-se de minha casa”. Era o ocaso de um período mantido pela mão de obra negra nas inúmeras fazendas valeparaibanas produtoras de café – principal produto de exportação do país. O que aconteceu com o Dr. Rodrigues de Azevedo na Santa Eulália foi o resultado de um processo histórico que vinha se arrastando havia muito tempo.

A escravidão era uma instituição onipresente no Brasil. Havia escravos em todos os municípios do Império e era no trabalho deles que se assentavam todas as atividades produtivas. A relutância em abolir a escravidão não decorria somente de seu valor econômico, mas encontrava-se profundamente enraizada na cultura e nos valores das classes dominantes do país como um todo.

A escravidão era a principal forma de trabalho no Brasil durante o século 19, tanto nas áreas agroexportadoras como naque-

las dedicadas à cultura de subsistência. Esse apego à escravidão devia-se ao fato de que os escravos eram os únicos que trabalhavam, quer nas cidades, quer no campo.

O fim da escravidão no Brasil foi um processo lento e gradual, ocupando politicamente todo o século 19. Pressões internacionais, principalmente a inglesa, concorreram para impedir o tráfico de negros da África. A libertação dos escravos nos impérios português, francês e dinamarquês e, principalmente, nos Estados Unidos, em 1865, deixavam a Monarquia em situação desconfortável. Em 1866, a sociedade abolicionista de Paris pediu ao Imperador D. Pedro II que acabasse com a escravidão. Para o monarca, a medida era problemática, já que a sustentação do regime dependia dos senhores de escravos. O movimento abolicionista foi crescendo de maneira lenta, mas progressiva. A abolição era defendida pelos que viam nessa instituição as razões do atraso do país. As leis emancipadoras aprovadas pelo parlamento tiveram importante resultado psicológico, pois condenavam a escravidão a desaparecer gradualmente. Isso forçou os proprietários de escravos a pensarem em soluções alternativas para o problema de mão de obra. Foi, porém, apenas quando os escravos decidiram abandonar as fazendas, em número cada vez maior, como em Piquete, desorganizando o trabalho, que os fazendei-

ros se viram obrigados a aceitar como inevitável a abolição. Em 13 de maio de 1888 a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, que extinguiu a escravidão no Brasil. A decisão desagradou os fazendeiros, que exigiam indenização pela perda de seus “bens”. Como não conseguiram, aderiram ao movimento republicano, como forma de pressão.

O fim da escravidão não melhorou a condição sócioeconômica dos ex-escravos. Sem formação escolar nem profissão definida, para a maioria deles a simples emancipação jurídica não lhes mudava a condição subalterna, muito menos ajudava a lhes promover a cidadania e a ascensão social.

Cento e vinte e cinco anos são passados desde aquele 13 de Maio. Parece muito tempo, mas foi ontem.

O ESTAFETA

Fundado em fevereiro / 1997

Diretor Geral:

Antônio Carlos Monteiro Chaves

Jornalista Responsável:

Rosi Masiero - Mtd-20.925-86

Revisor: Francisco Máximo Ferreira Netto

Redação:

Rua Coronel Pederneiras, 204

Tels.: (12) 3156-1192 / 3156-1207

Correspondência:

Caixa Postal nº 10 - Piquete SP

Editoração: Marcos R. Rodrigues Ramos
Laurentino Gonçalves Dias Jr.

Tiragem: 1000 exemplares

A Redação não se responsabiliza pelos artigos assinados.

GENTE DA CIDADE

Dida

Foi num encontro da Renovação Carismática Católica promovido pelo padre salesiano Jonas Abib, em Areias, em 1976, que Maria Olga da Costa Frota passou por uma forte e marcante experiência espiritual que mudou o curso de sua vida. Profundamente tocada e sob os influxos do Espírito Santo, apaixonou-se por Jesus Cristo. A partir de então achou que devia cuidar mais das coisas de Deus. Passou, então, a vivenciar o amor de Cristo e testemunhar a oração como momento importante de sua vida.

Filha de Raymundo dos Santos Frota e Maria Cristina da Costa Frota, Dida, como é conhecida por todos, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal, em 19 de outubro de 1934. Em 1938, o pai, que era Capitão de Artilharia do Exército, mudou-se com a família para Piquete. Veio transferido para a Fábrica de Pólvora, chefiar o 5º Grupo e trabalhar nas obras do Trotil. Além da esposa e dos filhos (Hercílio, Odaísa, José Edson, Dida e Maria Emília), trouxe consigo a irmã, a professora Maria Loetitia da Costa Frota.

Dida iniciou seus estudos no Grupo Escolar da Fábrica, mas os interrompeu em 1944, com a transferência do pai para a fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Conta que foi das muradas dessa fortaleza que assistiu à chegada de navios e “destroyers” com milhares de soldados brasileiros vindos da Europa, no final da II Guerra Mundial. “Depois, ainda juntei-me à multidão que calorosamente recebeu os soldados da FEB, no centro da cidade”, ressalta Dida.

Em julho de 1949, nova transferência: a família retornou para Piquete. O pai, que já se encontrava doente, morreu poucos meses depois. Sem seu chefe, a família precisou se reorganizar. Foi, então, que o coronel Monte convidou sua tia, a professora Maria Loetitia (Dona Letícia) para lecionar no Jardim da Infância, e sua irmã Odaísa para trabalhar como contadora no Departamento Educacional da Fábrica.

Dida cursou o Ginásio e a Escola Normal da FPV, formando-se professora em 1951. Por dois anos lecionou no Curso de Aplicação



Duque de Caxias. Depois, ingressou no magistério estadual. Lecionou por pouco tempo nas Escolas Agrupadas do Bairro da Tabuleta e efetivou-se na Escola Professor Darwin Félix. Aplicada nos estudos, cursou, na Faculdade Salesiana de Lorena, Estudos Sociais, e, na Fatea, História.

Maria Olga da Cosa Frota, por vários motivos, é uma pessoa rica e especial. Portadora de grande sensibilidade artística, bom humor e facilidade de comunicação, num mundo em que o tempo é cada vez menor e mais precioso, em que somos obrigados a trabalhar cada vez mais para sobreviver, restando pouco tempo para leitura e meditação, Dida antecipou sua aposentadoria e, em 1982, passou a cuidar cada vez mais das coisas de Deus. Acompanha a missão do Padre Jonas desde o início da Canção Nova. Com um grupo de jovens, cursou Radiolismo, em Santos, formando-se em Locução. Esse conhecimento empregou na rádio, atendendo a chamados e pedidos de oração, e na evangelização.

Perseverante na fé, foram inúmeros os encontros, seminários e grupos de estudo dos quais participou. Faz parte da Comunidade Aliança – compromisso que renova todo dia 2 de fevereiro, dia de Nossa Senhora das Candeias. Às sextas-feiras, coloca-se a serviço na Canção Nova. Às terças, com um pequeno grupo, dedica-se à formação. Faz, há muito tempo, parte do Apostolado da Oração.

Desde que se consagrou a Deus, em 1976, Maria Olga da Costa Frota é exemplo de cristã devota e comprometida em vivenciar e levar a todos o Evangelho.



Dida e Padre Jonas Abib

Sempre mais feliz...

Laurentino Gonçalves Dias Jr.

Quais são nossas metas na vida? Sabemos até onde queremos chegar ou buscamos sempre algo a mais? O que nos traz o sucesso?

A competitividade – por vezes irracional – que enfrentamos na sociedade faz com que estejamos sempre à busca de cargos mais altos, maiores salários, os quais, por sua vez, permitirão maiores gastos, mais prazeres. Este é o mote da ascensão social e é saudável se nos garante satisfação pessoal. Torna-se, porém, um problema, quando há frustração por se estar aquém de determinada posição “invejada”.

Experimentei a sensação de uma sociedade mais igualitária, em que a distribuição de renda é justa. Observei que as pessoas buscam, é claro, melhores condições de vida, mas isso não significa, necessariamente, casas bilionárias, iates gigantes, mansões cinematográficas... Existem, certamente, os donos de fortunas imensas, que têm tudo o que o capitalismo pode oferecer. No entanto, como a base da pirâmide social é atendida em todas as suas necessidades, não se observa uma busca insana para atingir seu topo, onde há pouquíssimos privilegiados. Dessa forma, a ganância desmedida, a constante frustração por nunca se “ter o suficiente” é pouco percebida. Com isso, as pessoas vivem mais felizes, divertem-se com o que lhes é permitido e – essencial – estão satisfeitas, estão realizadas.

Pra que perseguir o impossível? Não digo que não seja direito de todos possuir um iate de extremo luxo. Mas, pergunto: não ter esse iate faz com que sejamos menos felizes? Se a resposta for sim, aí evidencia-se um problema, pois nos sentiremos frustrados durante todo o tempo por não atingir esse “objetivo”. E, afinal, este iate é para nos deixar felizes ou apenas pelo doentio prazer de ostentar o título de “dono de um iate imenso”?

Vamos viver, meus amigos. Vamos perseguir nossos sonhos, que devem ser “nossos” realmente. Vamos buscar o sucesso, o nosso sucesso. Não devemos viver à busca de sonhos que sabemos inatingíveis, de sonhos de outrem, pois, assim, seremos eternos frustrados. Atenção: não estou falando de passividade, de aceitação total da “dura realidade”. Nesse caso, evidencia-se o comodismo, que não é saudável e leva à estagnação. Temos, sim, que buscar o crescimento pessoal, que realizar todos nossos sonhos; este é o mote de uma vida saudável e feliz.

Realizei, recentemente, um sonho há muito acalentado. A sensação foi indescritível. E, com base nele, já estou sonhando novamente... Para isso me preparo constantemente e me programo... Vejo muitos amigos – ou nem tão amigos – também realizando seus sonhos... Está aí um ingrediente essencial da felicidade: ficar feliz com a felicidade dos outros.

Sempre mais... Sempre mais feliz! Sempre mais realizado!

Você conhece a Geração Z?

Dentre os muitos problemas que compõem o universo da educação hoje, destaca-se a mudança do perfil do educando. O jovem de hoje não é o mesmo do passado, e lidar com esta diferença torna-se questão fundamental para que se possa avançar nos indicadores do rendimento escolar, e, conseqüentemente, melhor prepará-lo para o ingresso no mundo do trabalho.

Nas duas últimas décadas houve uma estrondosa revolução nos meios de comunicação ou na tecnologia da informação. Em parte, isto marcou profundamente a nova geração, que começou a interagir nesse universo racionalizado e eficaz da tecnologia. Há estudos que comprovam que a geração nascida a partir de meados dos anos 90 sofreu o impacto dessas novas informações – é a chamada Geração Z. O Z vem de “zapear”, neologismo que denota a hiperatividade de uma pessoa ao alternar constantemente os canais de televisão via controle remoto, o que indica ansiedade e desatenção. Daí, podemos inferir o perfil dessa nova geração: por dominar com facilidade os recur-

sos da World Wide Web interage fazendo várias coisas ao mesmo tempo: assiste TV, fala ao celular, envia e recebe mensagens, utiliza o computador, entre outras tarefas. Acostumados a enxurradas de informações, são indivíduos multitarefados e, conseqüentemente, desatentos, desfocados e individualistas – conforme nos atestam os estudos dessa geração.

A crítica que se faz é que o excesso de informações não tem garantido a reflexão, nem sempre redundando em formação. Essas informações não se convertem em conhecimento estruturado, mesmo se o indivíduo passar horas navegando na rede mundial de computadores. Logo, observamos que a reflexão cede espaço para o reflexo. Este é ato que se faz diante de determinada circunstância sem refletir. O uso equivocado da tecnologia, portanto, leva ao automatismo, não à reflexão.

Diante desta questão, só nos resta questionar: como a escola pode se adaptar para receber esses jovens sem, contudo, perder sua função social? Como tornar a aula um

espaço crítico de conhecimento e reflexão se os jovens em seu cotidiano, fora dos portões da escola, lidam com a informação de uma forma diferente? Qual o papel da família neste conturbado contexto?

Por tratar-se de uma complexidade social importante, reflexões buscando meios de trabalhar com os conflitos advindos desta circunstância devem ocorrer o mais breve possível, com riscos de se esvaziar a aula. Nesta perspectiva, sugiro capacitação dos professores, reuniões para se discutir a questão das novas tecnologias na escola, bem como replanejamento das aulas. Hoje, não se admite um professor que não conheça as tecnologias educacionais. Cabe aos gestores educacionais a promoção dessa capacitação.

Para que os membros da chamada Geração Z tenham uma postura crítica em relação às tecnologias, fazendo delas uma importante ferramenta para alcançar o conhecimento e não um fim em si mesmo, caberá a nós, educadores, pais, sociedade em geral, provocar nos jovens este novo olhar.

Evelize Chaves

A alforria

A palavra alforria é dada como liberdade concedida ao escravo através de dispositivo jurídico, pela qual se reconhece o direito de uma pessoa escravizada ser alienada da posse de outra que se apresenta como seu proprietário. Propriedade dessa obtida por compra, herança ou conquista pela força. Os proprietários de escravos tinham nessa referência um símbolo de riqueza ao qual se associava até o direito de vida e morte.

Possuir ainda que apenas um escravo no período colonial reconhecia ao possuidor o direito do voto, isto é, de cidadania. Assim, também o número de escravos de um proprietário era um índice de riqueza na classificação dos componentes da sociedade de Corte, garantindo-lhes, por exemplo, extensão de propriedade, produtos para exportação e valor de mão de obra.

A literatura econômica colonial é rica desses indicadores informantes da natureza da ocupação da terra, trabalho e valores de produção.

Conquistar a alforria era benesse cedida pelo proprietário por questões religiosas, por testamento, ou pela venda do direito através de contrato celebrado entre as partes.

Entretanto, na prática da pesquisa da documentação, verifica-se que na complexidade do período do final da escravidão no Brasil nem sempre ser forro ou forra significava ser livre. Pois bem. Alforriada uma pessoa, admitia-se ter ela condição para contratar serviços, ou seja, receber pagamento por prestação de serviços. No entanto, para que, geralmente no caso da compra do direito à alforria, o escravo ou escrava acumulasse o pecúlio do valor obtido por serviços extras prestados para terceiros ou para o próprio senhor ou senhora a que estava submetido. No caso, era o chamado “negro de ganho”, usado para tarefas paralelas ao

seu ofício principal. Isso quando o forro ou a forra aceitavam contrair a dívida da alforria, como se fosse um empréstimo a ser amortizado com seus serviços. O dramático de

ções elucidativas desse período, somente agora objeto da mais detalhada análise. O próprio valor do trabalho contratado com libertandos sujeitava-se a uma agenciamento de baixo custo, isto é, de trabalho barato. Afinal, tratava-se de contrato pelo qual o subalterno era desvalorizado – pessoas livres e pobres também locavam seu trabalho. Mas o trabalho do libertando valia ainda menos. E este acabava concordando, ao menos formalmente, com as condições desvantajosas a ele oferecidas. Documentos na justiça demonstram suas denúncias. Contudo, as intervenções do Estado nessas relações trabalhistas eram tímidas, e, se favorecessem, privilegiavam o credor. Assim foi até o final do século 19. Os contratos acabavam representando apenas uma espécie de acomodação de conflitos gerados pelo sistema escravista. Conclusão a que chegam os trabalhos acadêmicos dedicados à

temática aqui considerada.

O que sobrenadava a todas essas condições? Simplesmente, perpetuavam-se as relações de poder comandadas pela sociedade escravista.

Hoje, reconhecida a herança da desigualdade gerada pelo sistema, tenta-se sobrepujar a dívida compensando-a pela proposta da lei de cotas raciais nos ingressos ao ensino superior. Isso porque as raízes históricas deixaram os negros defasados nos seus direitos de cidadania. Pois, afinal, a abolição trouxe a liberdade de ir e vir, morar, trabalhar por conta de contratos, mas não deu emancipação, ou seja, direito à igualdade. Daí a ideia de atender à justiça social por um instrumento complexo de compensação. O que gera muita discussão numa sociedade enraizada na desigualdade.

Dóli de Castro Ferreira



todo o processo era o de que o valor da dívida se avolumava e os contratos os obrigavam a levar um cotidiano semelhante à antiga condição escrava.

Não dispondo de recursos para arcar com o valor estipulado, os forros faziam contrato de locação de serviços com seu credor. Reclamações havia de que, embora satisfeitas as exigências, cobranças eram estendidas. A duração dos contratos, muitas vezes, se estendia por anos, tanto quanto às atividades laboriais, quanto às penas aplicadas aos que as descumprissem. Resultavam daí negociações entre libertandos e credores. Sem deixar de considerar que a ocorrência comum era a de que as condições dessas negociações eram muito desiguais e desfavoráveis para os recém-libertos. Existem muitos documentos para comprovação desse costume e as análises dos pesquisadores têm gerado muitas publica-

Livros a mancheias

O cheiro de livro novo é quase um alucinante. O cheiro de livros velhos, usados, manuseados, lidos e relidos, é contagiante. Porque ler ainda é um prazer que me reservo para as horas de tranquilidade, mesmo com toda tecnologia que temos nesse século XXI.

Aprendi, desde muito cedo, a gostar da leitura, mesmo que nunca tenha sido estimulada a ler e tampouco tenha ganhado um livro como incentivo. Isso não foi nenhum empecilho.

Na escola liam-se os livros obrigatórios para cada série. Foi lá que conheci Machado de Assis, José de Alencar, Aluísio de Azevedo, entre outros. Faziam parte da leitura obrigatória curricular, mas muitos dos meus colegas apenas pegavam o resumo com alguém para apresentar como trabalho escolar. Nada sabiam das minúcias das histórias.

No entanto, muito antes dos livros curriculares, eu lia outro tipo de literatura: a revista Seleções e os gibis. Minha tia possuía um baú trancado a sete chaves e a minha curiosidade de saber o que havia dentro dele era enorme.

Um dia percebi que o cadeado que trancava o baú estava aberto, para minha surpresa e meu deleite. Sem saber o que iria encontrar nele, eu o abri com o maior cuidado, sem fazer barulho, tranquei a porta do quarto para não ser surpreendida mexendo naquilo que não deveria.

Mas minha surpresa aconteceu de outra maneira e de forma muito mais encantadora do que imaginei: dentro do baú havia uma coleção de “coisas para serem lidas”. Desde revista de fotonovela, até as revistas Seleções e os gibis da época, em preto e branco. Instantaneamente me apaixonei pela Seleções e comecei ali mesmo, desconsiderando o perigo de ser pega em flagrante, a ler uma delas. Naquela época essa revista não trazia nenhuma gravura ou figura, apenas letras e um traço ao final de cada artigo.

Claro que minha tia descobriu minha grande “arte”, mas liberou o conteúdo do baú para mim, desde que eu não lesse as revistas de fotonovelas. Nem liguei para tal proibição, porque essa leitura não era a que me interessava.

Lendo Seleções aprendi muitas e novas palavras. Meu vocabulário cresceu e se enriqueceu, tomei conhecimento de acontecimentos e situações que minha cabecinha de sete, oito anos sequer poderia imaginar que existissem.

Lia a revista e marcava as palavras que não conhecia, depois consultava um dicionário na escola, já que em casa não havia. Depois, voltava ao texto para lê-lo novamente já com o entendimento que havia tirado do dicionário.

Era um exercício absolutamente prazeroso para mim, e que eu fazia com muita constância, já que não tinha ninguém a quem perguntar ou tirar dúvidas. E acho que se tivesse essa pessoa, eu faria exatamente como fiz.

Assim, quando cheguei à idade de ler Machado, Alencar e outros, eu o fazia também com muito prazer e de maneira natural, porque o hábito da leitura havia começado cedo, por conta de velho baú fechado com cadeado.

Hoje, mesmo com o computador, notebook, tablet e-book, nada disso me tira o prazer de folhear um livro da estante, de tê-lo nas mãos numa livraria, ler e de fazer minhas próprias anotações, riscos e rabiscos nos livros de papel. Rer os livros que já li muitas e muitas vezes, mas que sempre merecem novos destaques e anotações.

Ter um livro novo nas mãos e poder degustá-lo é um prazer sem tamanho. Eu mesma me surpreendo com esse sentimento prazeroso de abrir um livro novo, conhecer a história, sentir sua textura, seu cheiro, suas personagens, sua vida pronta para ser conhecida.

Confesso que não leio os livros que estão na lista dos dez mais. Nunca me preocupei com isso. Continuo lendo Guimarães Rosa, Saramago, Fernando Pessoa e seus heterônimos, Nélida, Lya, Machado, Clarice, Cecília, Drumond, Brecht, entre outros bons autores. O prazer é sempre o mesmo, mas a forma de senti-lo é renovada. Ler é aprender, é viajar sem sair fisicamente do lugar. É viver outras vidas sem deixar de ser nós mesmos. É um prazer e, ao mesmo tempo, uma necessidade que não para, que não é saciada nunca. Ao término de um livro, que outro venha contar novas histórias, apresentar novos personagens e outras situações.

Conforme já escreveu o poeta: “Gosto do Pessoa na pessoa da rosa no Rosa e sei que a poesia está para prosa Assim como o amor está para amizade. E quem há de negar que essa lhe é superior”.

Ler é ganhar outros mundos, mais conhecimentos, estar perto de fatos já passados, é vivenciar a aventura humana nessa terra.

Eunice Ferreira

12 anos sem meu filho

Meu querido filho Toninho, hoje, 04 de maio, faz 12 anos que você partiu – tão jovem, tão alegre.

Sua presença nos fazia bem – era um convite para a vida.

Sem você nossa casa ficou vazia.

Tudo me faz lembrá-lo, até a natureza – a serra, as manhãs de sol, as noites de lua cheia, os campos verdejantes que nos rodeiam –, todas essas delicadezas que aqui em Piquete são tão bonitas.

Quando rapazes passam de bicicleta em direção aos ribeirões, eu me lembro de você.

Quando jovens passam em direção a bailes, bem vestidos e charmosos, eu me lembro de você.

Quatro festas me fazem recordar com intensidade de você: o dia do seu aniversário, o dia das Mães, Natal e Ano Novo. Datas importantes, revestidas de muito afeto e carinho, a nossa família reunida, beijos e abraços, presentes e pratos saborosos.

Quanta alegria no dia do seu nascimento! Você esperado com amor e ansiedade – o enxovalzinho, a escolha do seu nome.

Depois, novas alegrias – o seu batizado, os seus padrinhos.

Mais tarde, o balbuciar das primeiras sílabas e o desabrochar das primeiras palavras.

E lá distante, o Jardim da Infância, o Grupo Escolar, o domínio da cartilha e a organização do pensamento em frases e pequenas redações.

Fatos e acontecimentos foram se sucedendo, muitos, todos importantes: o serviço militar, a farda verde – você parecia um papagaio, os desfiles nas datas cívicas, o juramento à Bandeira. E eu assistindo a tudo, tudo gravando na memória e no coração.

A sua infância e adolescência me emocionavam. Eu o contemplava demoradamente e ia descobrindo as belezas na vida que palpitava nos seus gestos.

Pena que tudo passou tão depressa! Hoje, vivo de lembranças e saudade. Uma dor profunda me atravessa, pois sei que a sua viagem não terá volta.

O que me consola é a certeza de que você, amado filho, repousa no seio bendito do Criador.

Durante toda a vida eu o abençoei. Agora quero que você me consiga dos Anjos e Santos do céu uma bênção especial, a fim de que continue tendo forças para suportar a sua ausência, até o nosso reencontro na Casa do Pai.

**Carinhosamente,
Isabel Prado**

Piquete, 04 de maio de 2013.

O prazer [da leitura] é sempre o mesmo, mas a forma de senti-lo é renovada.

Ler é aprender, é viajar sem sair fisicamente do lugar. É viver outras vidas sem deixar de ser nós mesmos. É um prazer e, ao mesmo tempo, uma necessidade que não para, que não é saciada nunca.



Crônicas Pitorescas

Fábula semântica

Palmyro Masiero

– Após abraçá-la, ela se enfanicou.
 – Ela o quê?
 – Enfanicou... Desmaiou, seu desas-sisado!
 – Que grilo é esse?
 – Ignorante, tolo, inepto...
 – Não engrossa, bicho! Quer desabafar, tô ouvindo, mas manera no plá ou te dou um chega pra lá, legal?
 – Não se apoquente. Deixe de gungunar...
 – Dancei de novo. Gum... gum...
 – Gungunar, resmungar... Deixa-me historiar no que deu meu derriço com a Jô.
 – “Oriço”?
 – Deus! Derriço, amigo de diálogo, é namoro, compreende?
 – Saco! Diz logo namoro, um chega-mais, uma transa... Português claro, cara!
 – Fui educado para falar elegantemente nossa língua mãe. Ela, como planeava dizer, estava em estado de delíquio sobre meus membros superiores, eu rendido ante à vicissitude, pasmo diante do incogitado.
 – Vai pra... deixa pra lá! Taca pra frente!
 – Dei início a uma compressão metódica na partes musculares de seu corpo e das articulações com o propósito de vigorá-la.
 – Peraí! Você abraçou a mina, ela teve um xilique e você esfregando a dona pra voltar do desmaio. É isso?
 – Muito precisa sua sinopse.
 – Deixa a frescura... Ela voltou do desmaio?
 – Não apenas reanimou-se como lançou-me uma tabacada.
 – Tamancada?!

– Um tabefe, seu insciente...
 – Tabefe... manjo. Bofetão na cara. O resto se for palavrão, fique com ele. Por que o tapa?
 – Como sabe, tenho imperfeições nos olhos. Os eixos antero-posteriores são longos demais, de maneira que a imagem de um objeto situado no infinito se torna aquém da retina...
 – Morei... Você é meio ceguinho, mesmo. E o tapa?!
 – Pois atente! Olvidei meu instrumental de lentes para auxiliar a visão e quando atenderam à entrada domiciliar, enlancei quem se aportou e não era a Jô.
 – Era o pai dela!
 – Não se divirta, que o ocorrido foi sério. Era a mãe da mãe dela!
 – Cara, que legal! Você entrou numa com a coroa? Que barato!
 – Instante em que levei a bofetada. Ningüém, naquela família, aceitou minhas escusas.
 – Te acharam com cara de tarado!
 – Nem a Jô quer saber mais deste que lhe fala...
 – Você não morou no motivo...
 – Meu equívoco, evidente.
 – Bulhufas, seu panaca, seu bolha! A gata não aguenta mais esse papo furado. Embarca na canoa do que se transa ou só vai papear com espelho. Isso porque o cara a tua frente é igual a ti, com a diferença de não poder te mandar pra...
 Moral: em época de seca não se fala em banho.

As amazonas

Edival da Silva Castro

Quando a Fábrica Presidente Vargas se encontrava no auge de suas atividades, a baía era um repartimento pertencente aos Serviços Gerais, local onde se recolhiam os cavalos. Alguns dos animais pertenciam à própria Fábrica, outros tinham seus donos entre os militares que lhe prestavam serviço. A baía localizava-se onde hoje fica a casa do Superintendente da FPPV.

Aleamar Bangoin e Regina Previtera residiam na Vila Militar. Aos sábados, pela manhã, elas costumeiramente aparelhavam dois puros-sangues e saíam cavalgando pelas ruas modestas de Piquete. Chamava a atenção, primeiramente pela simpatia das mesmas e, depois, pela beleza do porte e trotear dos animais. Quando passavam pela Praça da Bandeira, justamente no horário em que todos ali se reuniam para uma conversação amigável ou engraxar sapatos, todos instintivamente deixavam de fazer o que faziam e passavam a observar aquele quadro tão raro. As mesmas dobravam a esquina da casa do saudoso seu Marinho e se perdiam pelas ruas da Vila Duque de Caxias.

Certa manhã de junho, um dos engraxates, por maldade, vendo que as amazonas adentravam a Praça, riscou uma bombinha e atirou-a nas patas dos animais. Um deles priscou furioso. Logo, porém, foi dominado pela amazona, que lhe ferrou a virilha com a espora de aço.

Os espectadores limitaram-se a trocar olhares, sem, contudo, dizerem nada...

Memórias do cativoiro

Não houve, por parte da nossa sociedade, ao longo dos anos, a preocupação em resgatar e preservar a memória dos tempos da escravidão. Pouco era falado dessa história na história pelos descendentes de escravos.

A história pouco conhecida da experiência dos últimos escravos do Brasil oitocentista coincide, infelizmente, com um profundo silêncio sobre a trajetória de seus descendentes. Homens e mulheres que vivem no Vale do Paraíba guardam nas suas memórias familiares partes da história que não foram registradas nos documentos escritos, nos livros escolares e nas memórias oficiais.

Procurando romper com esse silêncio, nos últimos anos, diversas entrevistas foram feitas com D. Nair Porfírio e Celina de Barros, filha e neta de ex-escravos. Nas inúmeras

meras conversas, o passado presente nas narrativas das entrevistadas pode ser contado e estimulado através das inúmeras fotografias de família carinhosamente guarda-

das. Portadoras de vasto patrimônio memorialístico, foram testemunhas da superação e das conquistas de seus pais e avós – Geraldino Porfírio, Eulália e Benedita. Após o 13 de maio de 1888, contrariando todas as expectativas, esses ex-cativos constituíram uma das mais respeitadas e expressivas famílias de Piquete. Seu Geraldino foi um dos que preservaram a memória do Jongo, manifestação da cultura negra ainda presente e marcante em Piquete. AC



Foto: Arquivo Pró-Memória

Fotos Arquivo Pró-Memória



A Serra da Mantiqueira preserva a vida...

A Serra da Mantiqueira limita o município de Piquete com o estado de Minas Gerais. Mantém extensas áreas de Mata Atlântica preservada, reserva da biosfera, que são verdadeiras preciosidades. Biosfera é a porção terrestre, aquática e aérea do nosso planeta onde a vida se faz presente. Reservas da biosfera são reservas naturais criadas pela UNESCO. A ideia básica é a criação de “museus vivos” do que de melhor existe em termos de natureza no planeta, como amostras dos principais ecossistemas de hoje a

serem preservados para as gerações futuras. Nessa categoria estão incluídos não somente belos cenários naturais como também zonas ou paisagens típicas, raras ou em perigo. São, na verdade, reservas biogenéticas. No Brasil, a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica é a pioneira das reservas brasileiras. Essa floresta é a mais rica em biodiversidade do mundo, onde vivem 15% de todas as espécies animais e vegetais do planeta. No entanto, é também a mais ambientalmente agredida: resta pou-

co mais de 8% de sua cobertura original. Daí a importância de preservá-la.

Proteger a vida não é somente uma premissa ética, mas uma necessidade especial do ser humano. O homem depende da diversidade de animais, plantas e microorganismos para a produção de alimentos e medicamentos e para seu prazer estético. Essa biodiversidade é fundamental, também, para a estabilidade climática e ambiental do planeta. Devemos, portanto, proteger o bioma Mata Atlântica... Essa atitude é vital!

Bibiu e nós

Um dia desses Bibiu deu adeus e partiu. Deixou-nos saudosos e, na nossa memória fragmentada, as marcas do passado se propuseram remissivas, mas vivazes.

Lembro-me da jovem Bibiu na casa dos pais, seu Benedito Elias e dona Tide. Família numerosa, de gente boa e trabalhadeira. Até que apareceu o Zé Gomes. Namoraram, noivaram e se casaram.

A casa do casal Benedito Elias e Tide era sempre alegre. Várias meninas e poucos meninos. Não citarei o nome de todos porque poderei esquecer algum. Tenho a impressão de vê-los todos no entra e sai do bar e padaria da família. Em idade escolar do curso primário, era minha amiga mais próxima a Tereza, liderança por ser mais velha, mas, principalmente, mais forte, decidida e independente.

Imitávamos os filmes que assistíamos no cinema ao lado, o cine Piquete, no casarão onde hoje há uma igreja evangélica.

Éramos pré-adolescentes ruidosos e aborrecidos, como todos nessa idade rica de experiências, de teimosias, birras, e chatíssimos. Os mais velhos da família Elias não nos davam bola, só vigiavam, mas não nos maltratavam. Dona Tide era só ternura. As moças da casa trabalhavam bastante e encaminhavam-se para o casamento.

Carmem já havia se casado com o Ismael de Almeida. Lavínia já iniciava o namoro com o Zé Carlos, filho de seu Carrinho (Carlos Ribeiro da Silva Jr.) e dona Nena. Casaram-se.

E nós crescíamos e íamos aprendendo a vida. Um dos meninos, o “Borrachudo”, morreu precocemente, vítima de queimadu-



Foto Acervo pessoal

ras. Deixou-nos impressionados com esse tipo de morte.

Até que um dia houve uma alteração – a padaria passou para as mãos de seu Pencke, que ali foi morar com a família. O casal Elias mudou-se para a casa ao lado e montou uma sorveteria. Que delícia os picolés nas tardes calorentas! Mas, da padaria ficaram indelével o gosto da empadinha e o sabor dos rebuçados de Dona Tide. O quintal era nosso local de brincadeira e dois novos meninos entraram na roda: Bismarque e Itamar. Roda, mesmo, pois não sei por que cargas d’água achamos por bem organizar uma roda e brincarmos com tarefas e opiniões divididas e cotejadas no conjunto. O Bismarque, o menino mais velho da família Pencke, era “namorado” de uma das meninas, já não me lembro bem de qual delas. O

Itamar era meu “namorado”, um menino louro, muito infantil, parecia inteligente.

Do lado mais adulto, eles nos observavam e controlavam. Bibiu era sempre atarefada, mas uma presença constante. Quando precisava, cortava nossas asas. A ternura do olhar de Dona Tide estava nela, sempre muito séria e compenetrada de seus deveres. Tereza era a “mandona” da turma. Ainda frequentávamos o grupo escolar. Tereza era minha colega de classe. Estamos na fotografia de formatura. Daí em diante o tempo engoliu muita coisa.

Bibiu, casada, morava perto da irmã Carmem, na pracinha hoje chamada Dona Leonor Guimarães, onde impera um belíssimo ipê amarelo. Estava sempre presente com o Zé nas quermesses, festas e cultos da antiga matriz – o casal sempre junto.

Bibiu e José Gomes ficaram casados muito tempo – comemoraram todas as bodas de união feliz e amor. O amor que renova a chama.

Rodeados de sobrinhos celebravam a vida. O jardim florido localizava a moradia deles. Outro dia, não faz muito tempo, vi ali umas orquídeas soberanas em seu segredo feminino. Era bom vê-los ao portão, sorridentes, afetuosos e cheios de esperanças. Agora uma das partes se deslocou, talvez a mais sensível, testemunha de um passado que nos ilumina, transformado em memória doce que se reserva aos felizes e aos sábios. Foi bom tê-la entre nós, e entre nós permanece a expressão suavizada, como símbolo vivo e chama forte.

Dóli de Castro Ferreira

Falhamos todos

Quem assimilou bem o conteúdo de uma licenciatura está convencido de que, até o final da adolescência, o ser humano ainda não desenvolveu a contento suas capacidades cerebrais.

Continuando nas fontes abalizadas, afirmam os médicos que a gravidez de uma adolescente implica risco porque seu corpo não apresenta as condições ótimas para gestar, parir e amamentar.

Quando focalizamos um casal adulto, queremos admitir que estamos diante de pessoas responsáveis. Mas uma observação superficial da vida de ambos nos revela que, com dificuldade, poderiam sustentar dois filhos. No entanto ousaram colocar dez crianças neste mundo.

Mês passado, uma aluna esfaqueou, na escola, um colega que zombava de seu sotaque nordestino; algum tempo antes uma mãe aguardou a filha à saída da escola para ajudá-la a cortar o rosto da colega que a incomodava.

Constatamos que adolescentes e adultos irresponsáveis incham a população das cidades com crianças violentas que a própria escola não está conseguindo orientar.

Consequência: delinquência em tenra idade.

O adolescente infrator não pode ser recolhido a presídios.

Quando crianças e adolescentes apresentam as fragilidades criminais, a sociedade é que deve ser trancafiada na cadeia.

A sociedade designa seus lugares-tenentes para cada atividade. Encarregou a família, a escola, o Conselho Tutelar e os juizados de cuidar de seus incapazes.

Que tipo de pai deixa o filho criança passar a noite sentado na rua fumando “crack”?

Que tipo de mãe deixa a filha adolescente passar a noite sozinha em um baile “funk”?

Que tipo de escola expõe os alunos a tanta violência?

Que tipo de conselheiro, que tipo de juiz deixam florescer uma Cracolândia?

Quando os inimputáveis cometem pequenos delitos podem ser monitorados dentro da própria família.

Mas, quando, por infelicidade, chegarem a cometer crimes, só deverão deixar a Fundação Casa após completar 18 anos, com profissão e encaminhados para emprego.

Só a partir deste momento a sociedade pode considerar-se livre de responsabilidades.

O Brasil não deu importância a uma política de migração.

O pequeno agricultor e o sertanejo do semiárido ficaram ao deus-dará, desistiram de suas atividades e buscaram outros locais para sobreviver.

A migração para as grandes cidades foi feita sem planejamento criando um amontoado de alojamentos miseráveis.

Quando o governador paulista Mário Covas entregava as chaves de moradias populares, um rapaz disse à repórter: “Finalmente, eu vou poder caminhar dentro de minha casa”.

Sabemos que milhares de brasileiros fazem suas necessidades fisiológicas no mato; e, no rio, tomam banho, lavam suas roupas e vasilhas.

Um barraco na periferia é muito pior do que isso.

Nem todo pobre é criminoso. Mas a pobreza pode ser o estopim da revolta.

Principalmente entre crianças e adolescentes expostos a todo tipo de propaganda.

Agora que é moda criar faculdades, é bom que se multipliquem as FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo para que as cidades brasileiras se tornem habitáveis, com ar puro e água potável.

E que, neste pouco tempo que me resta de vida, eu consiga realizar o meu grande sonho: a Casa 1.0, o mínimo razoável de habitação para todas as famílias brasileiras.

Abigayl Lea da Silva

Um Cristão sem fé

Poucos dias atrás, um jovem de uma das comunidades rurais que atendo procurou-me após a celebração da eucaristia, disse-me que não tinha mais fé. Ele falou algo que me surpreendeu: “Se eu acreditar em Deus, terei muita raiva dele, a vida é tão difícil, se Deus existe ele é muito injusto, pois nunca faz nada para mudar as coisas.” Naquele momento dei alguns conselhos, o animei a continuar crendo e o abençoei. Suas palavras representam os sentimentos, com relação à religião, comuns a muitos jovens de nosso tempo. Não raras vezes, Deus parece um conceito irrelevante para a vida. O grupo dos que se declaram sem religião é o que mais tem crescido, segundo os últimos censos demográficos realizados em nosso país.

A perda da esperança em Deus também pode fazer parte de nossa caminhada de fé. Como cristão, acredito que ninguém nesse mundo tenha tido tanta fé como Jesus de Nazaré. Ele tinha tanta intimidade com Deus, que o chamava de Paizinho, e ensinava seus amigos a também chamá-lo assim. No momento da morte, porém, o sentimento de Jesus com relação a Deus era muito parecido ao de muitas pessoas, sobretudo o de muitos jovens de nosso tempo. O evangelista Marcos registrou em seu evangelho as últimas palavras de Jesus: “*Eloi, Eloi, lamá sabactâni?, Meu Deus, meu Deus, por que me abandonastes?*” (Mc 15, 34).

O texto de S. Marcos, o mais antigo dos evangelhos, nos permite supor que Jesus tenha morrido sem compreender por que

Deus não havia interferido naquela situação injusta pela qual passava, e faz transparecer uma enorme decepção de Jesus para com Deus. Nesse momento doloroso Jesus foi profundamente solidário aos que se decepcionam com Deus, aos que se sentem abandonados até mesmo por ele, aos que morrem se sentindo desamparados.

Na verdade, nossa fé, nosso conhecimento, nossa esperança são limitados, e muitas vezes nos encontramos no abandono, na incompreensão, na desesperança, essa é a condição do ser humano. Nesses momentos Deus se torna, em nossa experiência, alguém indiferente, um ser frio, alheio aos nossos penares. Conforme S. Marcos, foi essa a derradeira experiência que Jesus fez de Deus. No último capítulo de seu evangelho, porém, S. Marcos relata o momento em que algumas mulheres foram ao túmulo de Jesus para ungir o cadáver. Ao chegarem, viram que a pedra havia sido retirada, entraram e viram um jovem sentado ao lado direito, vestido de branco. Ele disse às mulheres: não fiquem assustadas. Vocês estão procurando Jesus de Nazaré que foi crucificado? Ele ressuscitou! Não está aqui! Vejam o lugar onde o puseram. O relato de S. Marcos mostra que embora nossa humanidade seja sempre incapaz de compreender Deus e os seus desígnios, e não seja raro perdermos a esperança e a fé quando nos sentimos desamparados e muitas vezes também repitamos: Meu Deus, meu Deus, por que me abandonastes? Podemos confiar que, ainda que intuíamos o contrário, sempre estamos sob o olhar paterno de Deus,

ele não havia abandonado Jesus à própria sorte, embora Jesus tenha morrido com essa impressão.

A falta de fé também é, de certa forma, um modo de o ser humano experienciar Deus, é fruto da precariedade humana e de sua incapacidade de compreender a grandeza de Deus. Os grandes místicos normalmente relatam experiências de profundas crises de fé. Um Deus compreendido e descritível não é Deus, Deus, embora revelado em seu filho Jesus, permanece em seu mistério e não deixa de ser inefável. Arrisco afirmar que a maior parte daqueles que se declaram descrentes em nosso tempo, na realidade reivindicam uma divindade que possa continuar habitando o mistério e agindo independente de nossos domínios. Reivindicam igualmente o direito de não compreender o agir de Deus, como Jesus não o compreendeu no momento de sua morte, e ainda assim estar sob os seus misteriosos cuidados paternos.

Acreditando ou não em Deus, esperando ou não, o ser humano está sempre sujeito ao seu amor e à sua bondade. Deus não desampara a nenhum de nós, mesmo que não tenhamos fé e nos sintamos por ele abandonados. Sua ação no mundo e na história de cada um de nós não depende de nossa fé mas de sua graça e de sua bondade. Mesmo que pareça estar alheio, ele nos conduz misteriosamente. Acho que, no íntimo, aquele jovem intui isso; assim, mesmo sem crer, tem sido cristão e continua frequentando sua comunidade assiduamente. *Pe. Fabrício Beckmann*